A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO COM BASE NOS CURSOS OFERTADOS PELO CEFAI-DRE SÃO MIGUEL

MARIANNA MARIA DONADELI

Resumo

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição, os obstáculos, desafios e anseios na carreira do professorado no século XXI, examinando o exercício docente no contexto da recente ordem social com base nos cursos de educação inclusiva oferecidos peo Cefai.Baseamo-nos principalmente nos estudos de Mantoan (2015), Goffman (1988) e Gutierrez (2017) para pesquisar os desafios da carreira docente. Pretendemos assim, ampliar as informações acerca dos cursos oferecidos pelo Cefai e seus impactos causados pelas modificações sociais e as práticas de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão, Cursos, Professor, Cefai

Abstract

This article aims to analyze the contribution, obstacles, challenges, and desires in the career of teachers in the xxi century, examining the teaching exercise in the context of the recent social order based on inclusive education courses offered by Cefai. based on us mainly we used studies by Mantoan (2015), Goffman (1988) and Gutierrez (2017) to investigate the challenges of the teaching career. we also intend to expand the information about two courses offered by Cefai and their impacts caused by social modifications and teaching and learning practices.

Keywords: Inclusion, Courses, teacher, Cefai.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la contribución, los obstáculos, los desafíos y las aspiraciones en la carrera docente en el siglo XXI, examinando la práctica docente en el contexto del orden social reciente a partir de los cursos de educación inclusiva que ofrece el Cefai en los estudios de Mantoan. (2015), Goffman (1988) y Gutierrez (2017) para investigar los desafíos de la carrera docente. Así, pretendemos ampliar la información sobre los cursos ofrecidos por Cefai y sus impactos provocados por los cambios sociales y las prácticas de enseñanza y aprendizaje.

Palabra clave: Inclusión, Cursos, Docente, Cefai

Considerações iniciais

O processo de inclusão pode ser compreendido como o proporcionamento de educação às pessoas portadoras de distúrbio de aprendizagem ou de necessidades educacionais especiais no sistema de ensino em todos os seus níveis.

Para compreender o momento histórico da Educação Especial e Inclusiva é importante o resgate histórico em que o preconceito e o estigma em relação a pessoa com deficiência são historicamente construídos e os comportamentos e atitudes da sociedade são influenciados por essas fases, como a proposta de atendimento educacional embasada no modelo médico. Desse modo é necessário compreender um pouco do contexto histórico em que Goffman (1988) cita que dentre conceitos, a forma como estas pessoas eram tratados/chamados, “anormais e estigmatizados”, estes termos provocavam uma situação de desconforto nas famílias que tinham uma criança nestas condições, chegavam a pensar ser um castigo divino. As ações como, sacrificos, internações, abandonos entre outras, foram sendo praticadas pelas famílias no decorrer dos tempos. Considere dentre este tempo os períodos de antiguidade onde havia exclusão, abandono e morte; idade média ocorria o assistencialismo e contribuição das igrejas no acolhimento; idade moderna o segregacionismo e a institucionalização em asilos e hospitais; idade contemporânea como o período de integração em que o aluno se adapta a escola e por fim os dias atuais que compreende a inclusão e o período em que a escola deve se adaptar as necessidades do aluno.

No Brasil a primeira instituição para o atendimento a pessoa com deficiência surge em 1854 com o objetivo de atender somente este grupo sem uma proposta de inclusão com a sociedade e este modelo segue até a década de 90 quando surgem as propostas inclusivas.

Ao pensar na convivência na diversidade, respeitando a singularidade de cada pessoa tem-se um aprendizado para todos, no qual a oportunidade de conhecer as diferenças fazem com que elas deixem de ser um obstáculo e passem a ser formas diferentes de convivência com o outro.

Por isso a inclusão do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e alta habilidades e superdotação na escola comum é fundamental para todos os estudantes. Porém somente a convivência não justifica a inclusão, as escolas devem repensar o seu papel para que não seja apenas um ambiente de convivência, mas de aprendizagem efetiva. A adaptação de materiais e estratégias de ensino que possibilitem a aprendizagem de todos é fundamental e necessário no ambiente escolar.

Portanto a escola deve ter como objetivo a aprendizagem nas diferenças e isso é função da educação. A inclusão é um passo importante para construção de uma sociedade que respeita a individualidade e a diferença. Segregar significa retroceder na história, voltando a modelos de educação que não estavam dando conta de seu objetivo.

Nosso trabalho consistirá no estudo dos cursos realizados pelo Cefai da Dre São Miguel situado na Av. Nordestina, 747 - Vila Americana, São Paulo - SP, 08021-000 para a formação de professores em educação inclusiva. Tendo como apoio os cursos publicados no Diário oficial da Prefeitura Municipal de São Paulo no período de .01/2015 a 12/2021 e as temáticas existentes.

Como justificativa apresento minha experiência enquanto docente de língua portuguesa atuante na EMEF Fernando de Azevedo localizada na Dre São Miguel e no Cieja de Ermelino Matarazzo e ainda como docente de língua espanhola no ensino médio pela EMEFM Darcy Ribeiro também localizada na Dre São Miguel da rede municipal de ensino de São Paulo desde 03/2017 e o quanto esses cursos oferecidos são importantes para a formação do docente.

A INCLUSÃO UM DIREITO DE TODOS

Segundo Kellen Alvez Gutierres (2017), sobre a questão do comportamento do indivíduo para a defesa dos direitos dos grupos marginalizados na história da sociedade brasileira e, como somente a atuação política poderia dar "voz e vez" a essas pessoas, " a construção de política de assistência social se configura como um espaço privilegiado de aprofundamento dos nexos entre abordagens de movimentos sociais e políticas públicas, pois, ativistas em defesa da assistência social se organizam e se mobilizam segundo repertórios de movimentos sociais; e, simultaneamente, estão inseridas em redes de políticas públicas que se organizam também como coalizões de defesa, tornando a combinação entre abordagens fecundas para a análise das mudanças ocorridas na política". (GUTIERRES, 2017, p. 3).

Desse modo podemos refletir que a organização em prol dos objetivos comuns, tem como finalidade enaltecer sobre a participação do coletivo para que haja a conquista de garantias com relação ao entendimento sobre a efetividade das políticas públicas. As ações afirmativas voltadas para grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa são de extrema importância para repararmos as injustiças sofridas num passado não tão distante. As políticas afirmativas devem promover a inclusão socioeconômica de populações privadas de acesso a oportunidades.

A equidade deve existir dependendo de muitas ações afirmativas em que podemos auxiliar nossos alunos dentro e fora da escola, já que de alguma forma já foram injustiçados. Dessa forma, oferecer uma educação de qualidade, apresentar e respeitar seus direitos. Porém na instituição escolar há barreiras para que esses alunos possam acessar o ensino público.

De acordo com o posicionamento do grupo em prol de determinada alteração na ordem social, há um maior ou menor número de ações governamentais para a causa. Podemos inferir que quanto maior é o grupo e a consciência que esse tem de sua ação no meio social, maior será seu êxito, dada a propensão a atingir objetivos, que caminham em consonância com a legislação vigente. Um grupo somente se forma e age, quando identifica em um dado contexto histórico a falta de ação para o alcance de um bem comum.

Incluir os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação na escola comum é uma busca por sanar a omissão de permitir que durante anos a educação não fosse para todos. O processo de incluir esse público as salas de aula da rede regular, busca amenizar o silenciamento social que permitiu que essas pessoas ficassem confinadas em sanatórios, asilos, entre outras instituições de cunho assistencial. Além dessa tentativa de sanar os abandonos permitidos para com esse público durante muito tempo, a presença desses alunos propicia trocas que tem como objetivo a valorização da diversidade humana.

Para Mantoan (2015), as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero e a diversidade humana estão sendo cada vez mais desveladas e destacadas e se tornam uma condição imprescindível para se compreender como aprendemos e compreendemos o mundo e a nós mesmos. Desse modo, o modelo educacional revela há algum tempo sinais de certo esgotamento e acompanha a crise paradigmática que necessitamos de transformações.

Assim, o pensamento subdividido em áreas específicas é uma grande barreira para a inovação do ensino. E demonstra que toda a trajetória escolar precisa ser repensada.

A INCLUSÃO ATÉ A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA

A Declaração de Salamanca, visa "Regras e Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", possui uma estrutura de ação em Educação Especial, e uma das seções que a compõem diz respeito às Perspectivas

Comunitárias, ou seja, "a realização do objetivo de uma educação bem sucedida de crianças com necessidades educacionais especiais não constitui tarefa somente dos Ministérios de Educação e das Escolas.

A declaração requer que a família também participe do processo de ensino aprendizagem juntamente com o auxílio da comunidade e de organizações voluntárias como de todo o público no geral.

Com isso, é importante que se estabeleça uma relação de parceria entre os familiares de crianças portadoras de necessidades especiais e a comunidade escolar, para que integre e socialize os educandos com a comunidade escolar.

Segundo o artigo 205 da Constituição federal a educação é um direito para todos.

Devendo a família e o Estado zelar pela educação dos estudantes.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1998).

Em 2015 foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, Lei n° 13.146, que é conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, essa lei abrange os aspectos relacionados à inclusão de pessoas com deficiências. Os avanços relacionados nessa lei são importantes para a sociedade e para as pessoas com deficiências.

Segundo a declaração de Salamanca (1994)

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (SALAMANCA, 1994).

No processo de ensino-aprendizagem é importante ressaltar que as atividades precisam seguir o desenho universal (DUA) e assim, serem adaptadas para cada faixa etária correspondente.

O PAPEL DO EDUCADOR NA INCLUSÃO

Acreditamos que os docentes muitas vezes possuem um pouco de insegurança ao lidar com alunos com alguma deficiência. Desse modo buscam formações para poder aprender a solucionar os problemas decorrentes em sala de aula e saber lidar com as especificidades dos alunos.

Segundo Pletsch (2009 apud Sobrinho e Naujorks, 2001) diz "que o despreparo e a falta de conhecimento estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida". Que os cursos preparatórios de professores precisam melhorar na sua capacidade de formação que precisam "produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino".

Portanto, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Para tanto, faz-se necessário elaborar políticas públicas educacionais voltadas para práticas mais inclusivas, adequar a formação de professores às novas exigências educacionais e definir um perfil profissional do professor, ou seja, habilidades e competências necessárias aos professores de acordo com a realidade brasileira (NUNES SOBRINHO; NAUJORKS, 2001). Essas parecem ser, hoje, medidas urgentes a serem adotadas para que ocorra uma mudança no status quo da educação inclusiva. (PLETSCH (2009).

Segundo Demo (2000, pg. 49) o professor precisa buscar conhecimento para poder assim realizar suas ações com competência.

Muitas vezes, encontramos a crença de que o professor, uma vez formado é competente. Temos aí a visão moderna de formação como trajetória linear acabada. Na verdade, a ideia mais correta de aprendizagem é aquela coerente com sua própria lógica, ou seja, aquela que se aprende sempre já que sua inteligência não está estocagem reprodutiva, mas na construção constante. Aprender não pode aludir, nunca, a uma tarefa completa, a um procedimento acabado ou a uma pretensão totalmente realizada; ao contrário, indica vivamente a dinâmica da realidade completa, a finitude das soluções e a incompletude do conhecimento. (DEMO, 2000, pg.49).

É grande a importância da formação do professor, para que tenha materiais para atender aos alunos de qualquer faixa etária e atender também alunos que possuem alguma deficiência, contribuindo para o crescimento intelectual destes.

Segundo Pletsch (2009) o professor deve valorizar a heterogeneidade que existe dentro do processo ensino-aprendizagem, para adequar melhor as atividades aos seus alunos.

[...] o professor deve valorizar a diversidade como aspecto importante no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, necessita ser capaz de construir estratégias de ensino, bem como adaptar atividades e con-

teúdo, não só em relação aos alunos considerados especiais, mas para a prática educativa como um todo, diminuindo, assim, a segregação, a evasão e o fracasso escolar. (PLETSCH, 2009).

O Cefai

O Cefai (Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão uma concepção e compreensão contemporânea da questão da deficiência) localizado na Dre São Miguel que funciona na AV Nordestina 747 no 1º andar que possui o atendimento educacional especializado e apresenta como estratégia para a articulação entre os professores da Educação Especial e da classe comum, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento dos educandos com deficiência.

Esse núcleo oferece cursos de formação de professores de educação inclusiva. Porém observamos os cursos que foram ofertados no ano de 2015 até 2021 através do Diário oficial da Prefeitura de São Paulo.

Em 2015 não houve ofertas de cursos pelo Cefai

Obteve início em 13/02/2016 quando foi ofertado pelo Cefais da Prefeitura de

São Paulo o "Curso de Especialização em Educação Especial com ênfase na

Deficiência Auditiva/Surdez", em nível de Pós-graduação - modalidade semipresencial oferecido pela Unesp em que o professor cursaria a pós-graduação com o compromisso de atuar as salas de recursos. Na mesma data foi ofertado o "Curso de Especialização em Educação Especial com ênfase em

Altas Habilidades/Superdotação", em nível de Pós-graduação - modalidade semipresencial - oferecido pela Unesp em que o professor cursaria a pós-graduação com o compromisso de atuar as salas de recursos.

Em 30/06/2016 foi oferecido o curso: AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM NO AEE pela Dre São Miguel, para professores atuantes na SAAI -Sala de apoio e acompanhamento a inclusão nas unidades educacionais.

Também foi oferecido o curso "CONHECENDO A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA DE 0 A 5 ANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - UMA VISÃO

PEDAGÓGICA" EM PARCERIA COM AACD - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA

À CRIANÇA DEFICIENTE no LOCAL: AACD - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DEFICIENTE - ANFITEATRO - AV. PROF. ASCENDINO REIS, 724 - IBIRAPUERA, SÃO PAULO / SP.

Em 01/09/2017 foi oferecido o curso BÁSICO DE LIBRAS pela DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – SÃO MIGUEL / DIPED / CEFAI.

Em 30/11/2018 foi ofertado o "SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEMINÁRIO

INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS" no LOCAL: UNINOVE VERGUEIRO – AUDITÓRIO TÉRREO– RUA VERGUEIRO, 235/249 – LIBERDADE TOTAL DE VAGAS: 500 VAGAS.

Em 28/11/2018 foi oferecido o "I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA", no LOCAL: UNINOVE VERGUEIRO – AUDITÓRIO TÉRREO– RUA VERGUEIRO, 235/249 – LIBERDADE. VII - TOTAL DE VAGAS: 500 VAGAS.

Em 11/09/2019 foi oferecido o curso "PRÁTICA DOCENTE E PRODUÇÃO DOS SABERES SOBRE AS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

VISUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL" pela Dre São

Miguel.

Em 10/05/2019 foi ofertado o curso "PRÁTICA DOCENTE E PRODUÇÃO DOS SABERES SOBRE AS ESPECIFICIDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

VISUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL". Pela Dre São

Miguel.

Em 2020 durante o período crítico da pandemia não foram oferecidos cursos pelo Cefai da Dre São Miguel.

Em 30/06/2021 foi oferecido o curso "DESENHO UNIVERSAL PARA A

APRENDIZAGEM" pelos Cefais da Prefeitura de São Paulo.

Ao final da pesquisa podemos observar que a Dre São Miguel ofereceu poucos cursos aos professores, um a dois cursos ao ano no período de 2015 a 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término de nossa pesquisa, pensando na escola como um ambiente multicultural e com influência da cultura dominante correspondente à visão de determinados grupos sociais e que apresenta diferenças dos mais distintos eixos (étnicos, culturais, sociais), nós docentes temos o papel primordial de eliminar as barreiras do preconceito trazendo para nosso cotidiano escolar o debate e assim construir juntamente com os pares a ressignificação dos conceitos e ideias pregados ao lodo da história da educação. Aprender a conviver com as diferenças, observando os diferentes contextos e seus sujeitos diante de suas relações sociais. No

entanto, trazer essas questões para a sala de aula requer antes de tudo que ressignifiquemos a forma de educação bancária que recebemos ao longo na nossa trajetória escolar onde conceitos excludentes eram tidos como normais, aceitáveis aos padrões sociais. Hoje observamos ao nosso redor (principalmente nas escolas de periferias) que há uma busca constante para o protagonismo cultural das comunidades menos favorecidas e nós enquanto escola, temos que trazer esse movimento para dentro do contexto escolar.

É papel da escola, portanto, estar em permanente luta contra as exclusões e todas as formas de desigualdades que privilegiam uns e desconsideram muitos. É a escola responsável por plantar nos estudantes a esperança de uma sociedade mais justa, não uma esperança ilusória, mas transformadora e faz-se necessário uma reflexão que leve em consideração a elaboração de um diálogo intercultural.

Por fim, argumentos em prol do debate são imprescindíveis para que entendamos o quanto valores e atitudes históricos de apagamento de diversidades e imposição de valores únicos e opressores se fizeram presentes, assim como o papel da educação. A educação, portanto, a princípio, serviu como replicador de tais valores, no entanto, a partir de ações sociais em prol do multiculturalismo cada vez mais assume os debates necessários à diversidade e inclusão.

8- Bibliografía

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A, 1963. 2 .edição 1988.

GUTIERRES, Kellen Alves. Mudanças em políticas públicas: diálogo entre movimentos sociais e coalizão de defesa na política nacional de assistência social. 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG, 2017. GT: Políticas Públicas/25.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educ. rev. [online]. 2009, n.33 [citado 2022-09-16], pp.143-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602009000100 010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1984-0411. https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010.

https://dipedmp.wixsite.com/meusite/cefai (acesso em 10/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=8AI OHH9VK5HGGe0H7BJBUKKJFT4&PalavraChave=cefai (acesso em 16/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=CJQ 53U0J1D3PGeCM2MM6KSORK6T&PalavraChave=cefai(acesso em 16/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=468 NJ4SC8971He4VMHC2IIJLB6K&PalavraChave=cefai(acesso em 16/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=2DN EV4LINN3VEe25TKQ1P6R2A05&PalavraChave=cefai(acesso em 16/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=4K7 835E2CJSHPeFFC58DE7TM258&PalavraChave=cefai(acesso em 16/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=d05 5f0ab1f2f06f10e4699259a9765af&PalavraChave=cefai(acesso em 16/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=b40 cf776c12e66396f9f89a66a3873bd&PalavraChave=cefai(acesso em 16/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=473f22c1270329005e29b17178964ca7&PalavraChave=cefai(acesso em 16/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=de5c1c64d31053911b9595fd8f2515c2&PalavraChave=cefai(acesso em 16/09/22) http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=625b89441a370053359e590b208b3a92&PalavraChave=cefai(acesso em 16/09/22)